

Verdades econômicas fundamentais

Economia - Brasil

Márcio G. P. Garcia *

Durante um par de recentes conferências na Argentina e no Uruguai, recebi várias indagações aflitas sobre o futuro da economia brasileira. Os jornais argentinos falavam então numa desvalorização de 15% do real para reverter os maus resultados da balança comercial, e era grande a

compreensível apreensão dos nossos colegas do Mercosul. Respondi tentando mostrar otimismo. Disse que, desde que comecei a entender um pouco de economia, este é o primeiro Executivo que possui uma agenda econômica consistente. Lembro que durante o Cruzado havia mesmo alguns economistas no governo que proclamavam a inexistência de causalidade entre déficits fiscais, emissão monetária e inflação. Hoje, se tais economistas ainda pensam assim, pelo menos não têm mais espaço para difundir tais mentiras econômicas.

O sucesso do programa antiinflacionário deu ao país uma oportunidade que

nunca presenciei antes. Ao criar o "partido da moeda forte", abriu-se o caminho para um sem-número de medidas de racionalidade econômica que eram absolutamente inviáveis sob a megainflação pré-Real, principalmente a elaboração e a execução de orçamentos fiscais que sejam algo mais do que meras peças de ficção.

Sucesso do programa contra inflação deu ao País oportunidade sem precedente

Em discussões com outros cientistas sociais, o economista costuma ser o mais conservador (reacionário!). Isto se explica em grande parte pela necessidade imperiosa de o economista considerar sempre as restrições orçamentárias envolvidas ou, em bom português, quem paga a conta.

Estabelecer prioridades é um exercício muito fácil quando não se considera a escassez de recursos; difícil mesmo é decidir entre escolas e hospitais quando ambos são absolutamente fundamentais. Infelizmente, o milagre da multiplicação dos pães não pode ser repetido com frequência, e a existência de grandes necessidades sociais, por mais prementes e meritórias que

sejam, não têm o dom de criar os recursos necessários para atendê-las.

O sucesso do Plano Real no longo prazo consiste em fazer a economia voltar a crescer de forma sustentada, sem o risco de um recrudescimento inflacionário ou, pior ainda, de crises cambiais. Para isso — nunca é demais repetir a eterna verdade econômica —, é fundamental o equilíbrio das contas fiscais.

No aspecto fiscal, o Plano Real começou bastante bem em 94, conseguindo um superávit operacional de 1,3% do PIB. Já em 95, entretanto, foi reprovado fragorosamente, ao piorar a performance fiscal em 6,3% do PIB. Em 1996, a melhora que o governo anunciava no início do ano não deverá nem de longe se tornar realidade.

Assim, fica clara uma outra conhecida verdade econômica, a de que o equilíbrio fiscal não é um troféu que se conquista de uma vez para sempre. Ao



contrário, é uma conquista que precisa ser praticada no dia-a-dia, ou se perde.

Hoje, infelizmente, voltamos a ver professoras algumas mentiras econômicas que põem em sério risco o Plano Real. De um lado, por exemplo, políticos fisiológicos aliam-se à esquerda equivocada para tentar obstaculizar o processo de privatização democraticamente aprovado na eleição do atual presidente. Tanto a receita fiscal quanto o sinal a ser dado pelo sucesso da privatização da CVRD são fundamentais para o sucesso da estabilização.

Mais preocupante, entretanto, são as ameaças ao sucesso do Plano Real que surgem dentro do próprio governo. O presidente do BNDES, após relaxar a restrição orçamentária dos estados ao realizar adiantamentos para futuras privatizações (algumas das quais negadas pelos governadores), declarou que os recursos da venda da CVRD deveriam ser investidos em

programas de "infra-estrutura econômica básica".

Sem dúvida alguma, se fazem imperiosos vários investimentos em infra-estrutura, e muitos deles dependerão em grande medida do setor público para serem realizados. Sem embargo, há hoje uma crise fiscal aguda, que, se não for objeto de um ataque frontal imediato, certamente porá a perder o sucesso já obtido pelo Plano Real.

Mais ainda, são os estados os principais culpados pela piora das contas públicas. Assim, repassar-lhes recursos, sem que tenham feito o devido esforço de ajustamento, é jogar gasolina no fogo.

Capital é fungível; por mais adjetivos meritórios que se adicionem aos investimentos a serem feitos com os recursos da privatização da CVRD, o fato é que se estes forem realmente destinados a gastos fiscais, em vez da amortização da (caríssima) dívida pública, estaremos andando na direção oposta à correta. O investimento mais rentável, também do ponto de vista social, é amortizar a dívida pública, que onera sobrema-

neira o Tesouro, desviando recursos que deveriam estar contemplando várias necessidades sociais. Só que tais necessidades devem aparecer nas prioridades orçamentárias, deslocando uma miríade de gastos menos meritórios, mas de difícil combate no jogo político, e não serem contrabandeadas para o processo de privatização, que tem sua justificativa econômica e social própria bem estabelecida.

Hoje, tornaram-se imperiosos investimentos na área da infra-estrutura

A aprovação das reformas no Congresso Nacional, o prosseguimento do programa de privatização com o uso de suas receitas para a amortização da dívida pública e a atenção cotidiana ao equilíbrio fiscal são elementos essenciais para o sucesso do Real no longo prazo. Sem esses elementos, os nossos vizinhos do Mercosul têm todas as razões para estar assustados, e nós também. ■

* Ph.D. pela Universidade de Stanford, na Califórnia, pesquisador visitante nos departamentos de Economia do MIT e da Universidade de Chicago. Professor de macroeconomia, econometria e finanças da PUC/Rio.